

Angola e as origens de Palmares

John K. Thornton

No Brasil Colonial, as comunidades de escravos fugitivos localizadas numa região conhecida como Palmares, em Pernambuco, se constituíram num momento único da história colonial, momento que, de certa forma, é singular na história da escravidão nas Américas como um todo. Nas primeiras décadas do século XVII, Pernambuco era a costa onde o que pode ser chamado de “onda angolana” quebrava, trazendo consigo uma população de escravizados que provinha basicamente da mesma região da África.¹ A importância desta “onda angolana”, que ainda precisa ser analisada mais profundamente nas reflexões sobre a história de Palmares, dificilmente pode ser superestimada. Fundamentalmente, um estudo detalhado do tráfico atlântico para Pernambuco pode revelar que nessa capitania houve uma notável predominância de africanos do centro-oeste durante praticamente todo o período de existência de Palmares.

Infelizmente, é muito difícil avaliar o tráfico de escravos no Brasil do século XVII e, por isso, as particularidades demográficas desta “onda angolana” na região resultam tão-somente da interpretação de estatísticas dispersas e incompletas. Ainda assim, o que temos mostra claramente que os angolanos – como chamaremos as pessoas do centro-oeste africano – representavam uma esmagadora porcentagem da nova população escrava africana em Pernambuco. Com exceção de algumas declarações improvisadas feitas em relatórios descritivos, praticamente tudo o que poderia ter sido uma avaliação detalhada da chegada dos navios negreiros, da cobrança de impostos e de outros registros foi completamente perdido. Certamente esses dados não podem ser encontrados nos arquivos de Pernambuco (que praticamente não possui nenhum registro anterior ao fim do século XVII) e nem mesmo em Lisboa. Algumas poucas estatísticas mostraram cerca de 15.000 escravos entrando na capitania de Pernambuco durante o período de 1620 a 1623, todos provenientes da Angola.² Baseadas numa espécie de registro de taxas - que poderia fornecer uma resposta decisiva à questão das origens dos escravos – estas estatísticas recolhidas pelos holandeses durante a breve ocupação que realizaram na Bahia em 1624 infelizmente não são suficientes para uma maior conclusão.

Na falta de outras séries estatísticas, talvez os dados mais confiáveis sobre o tráfico de escravos no Brasil durante esse período sejam fornecidos pelos registros do Asiento organizados pela coroa espanhola durante a União Ibérica (1580-1640), que deu aos traficantes portugueses direitos exclusivos de comercializar escravos para toda a América Espanhola. Os registros do Asiento, que tiveram início em

1595, são mais detalhados e abrangentes do que aqueles realizados na América Portuguesa e revelam as atividades dos traficantes portugueses que abasteciam tanto o Brasil quanto a América Espanhola com milhares de angolanos. No período posterior a 1615, mais de 80% dos escravos que chegavam à América espanhola eram procedentes dos portos de Luanda e, em alguns anos, tal número chegou a 100%. Considerando que a remessa de escravos para a América Portuguesa envolvia tarifas mais baixas e menos problemas para os traficantes radicados na Angola, parece provável que o Brasil recebesse uma mistura similar de africanos escravizados.³

Uma série de conjunções, incluindo o fato de Pernambuco ter assumido o controle do contrato com Angola e as campanhas ativistas dos governantes angolanos, principalmente após o governo de Bento Banha Cardoso (1611-1615), culminaram em guerras portuguesas muito bem-sucedidas em Angola, bem como na escravização de milhares de pessoas, especialmente nas regiões ao leste de Luanda onde se falava Kimbundu. Esses angolanos se espalharam por algumas regiões das Américas, como a Bahia e Pernambuco, e pelas Américas espanholas, cuja prosperidade e produção favoreciam a importação de escravos. Os governantes, especialmente a exemplo de Banha Cardoso, se beneficiaram ao fazer uma aliança com os Imbangala, um grupo amplo de salteadores e mercenários, originários das montanhas ao sul da colônia portuguesa de Angola. A aliança acabou com a paralisação militar que detinha as ambições imperiais de conquista e saque de escravos desde que Ndongo derrotara os portugueses, em 1591. A aliança de Imbangala permitiu principalmente que o governador Luis Mendes de Vasconcellos (1617-1621) desferisse um ataque devastador contra o reino de Ndongo, principal rival de Portugal e alvo de suas ambições militares desde 1579. Num período de três anos, Mendes de Vasconcellos conseguiu saquear a capital Kabasa, forçar o rei Ngola Mbande a fugir para as ilhas Kindonga, localizadas no rio Kwanza, e capturar a rainha, membros da família real de Ndongo e pelo menos 50.000 pessoas para vender para a América Espanhola e para o Brasil⁴. Seguiu-se um período de grande instabilidade nas regiões anteriormente sob o controle de Ndongo, nas montanhas ao leste de Luanda. Estima-se que grupos de saqueadores Imbangala, como os de Kasanje, que quebraram a aliança com os portugueses e passaram a agir por conta própria, possuíam “80.000 subjugados” nas vastas áreas entre Kwanda e o rio Kwilu, que foram saqueadas na década de 1630, vendendo a maior parte dos seus prisioneiros para os portugueses. Grupos que sabotavam portugueses, formados por soldados escravos e mercenários, atacavam e saqueavam mesmo nas terras que Portugal reivindicava como suas, tendo de ser capturados pelos governadores seguintes, principalmente Fernão de Sousa (1624-1630).⁵

Esse período de instabilidade continuou pela década de 1630 adentro, quando a rainha de Ndongo, Njinga Mbandi (1624-1663), sucessora de Ngola Mbandi,

conseguiu restituir o equilíbrio a seu país, embora só o tenha feito após abandonar a capital e deixar uma parte substancial de seu território para um títere português empossado. Njinga apenas conseguiu restabelecer seu poder nas poucas áreas de Ndongo que permaneceram sob seu controle após uma derrota desastrosa em 1628, mas teve sucesso ao conquistar o reino vizinho de Matamba, que se tornou sua base de operações. O grupo de Kasanje, formado por Imbangalas, com os quais Njinga foi forçada a estabelecer uma aliança temporária durante seu período de instabilidade (1628-1632), constituiu um alicerce permanente na região sul de seu domínio. As negociações de paz entre Portugal, Njinga e Kasanje, realizadas em 1639, embora não acabassem completamente com as hostilidades, pelo menos restituíram uma aparente ordem à região⁶.

O governador João Correia de Sousa, vendo o sucesso da aliança de Imbangala contra Ndongo, também tentou usá-la para atacar o Reino do Congo, o mais poderoso da região, situado ao norte de Ndongo. Lá, eles esperavam criar uma situação de instabilidade semelhante, em que outros milhares de capturados poderiam ser arrastados para os mercados da Bahia, de Pernambuco e abastecer o da América espanhola. Embora o reino Congo tivesse frustrado uma tentativa de invasão da aliança Portugal-Imbangala em 1622, ele foi vítima de uma versão própria de guerras caóticas, com milhares de pessoas escravizadas devido à guerra civil. O Reino do Congo nunca conseguiu superar estas sucessivas crises que se seguiram à morte do rei Álvaro II em 1614, e as esporádicas, mas mesmo assim cruéis guerras civis que dividiram o reino até que ele fosse estabilizado pelo rei Garcia II (1641-1661) também resultou na escravização de milhares de cidadãos, que foram enviados à Luanda e, dali, ao Brasil e a outros lugares das Américas.⁷

A formação do complexo e heterogêneo reino de Palmares e originou, portanto, de duas conjunturas. A primeira foi a “onda angolana”, ocorrida após 1615, que contribuiu para que o Brasil tivesse uma população africana notavelmente homogênea; a segunda foi a invasão da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1630. A conquista parcial de Pernambuco, a resistência portuguesa e a troca de ataques possibilitaram que milhares de trabalhadores escravizados escapassem inicialmente para se tornarem *boschnegers*, os negros da mata, que açoitavam as propriedades rurais, e depois para se juntarem aos *mocambos* já existentes nas regiões do interior mais afastadas. Em 1645, de acordo com testemunhas holandesas, os *mocambos* provavelmente se dispersaram e pequenos assentamentos se aglutinaram em dois reinos – o Pequeno e o Grande Palmares –, com reis, uma crescente organização política regional e um pouco mais de 10.000 habitantes.⁸

Em 1654, quando os holandeses foram expulsos, estes dois reinos haviam se expandido e, nos 25 anos seguintes, eles se fundiram, à medida que a população

continuava a crescer, até atingir a complexidade descrita em 1678 pelo anônimo autor de “Relação das Guerras de Palmares”⁹. Embora as condições de abastecimento de mão-de-obra escrava africana para o Brasil tenham mudado um pouco – e gradualmente a “Costa da Mina”, localizada em torno do emergente reino de Daomé, tenha se juntado aos fornecedores angolanos –, Pernambuco continuou a importar um extraordinário número de africanos escravizados do eixo de Angola.¹⁰ Outro fator, que sem dúvida contribuiu para a propagação do domínio angolano em Palmares foi a nomeação para os governadores de Angola dos heróis da Restauração, gente como André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. O controle pernambucano do país africano contribuiu imensamente para promover uma presença angolana prolongada na capitania e, conseqüentemente, em Palmares. Ambos os governantes estimularam guerras no interior, a ponto de levar os habitantes da colônia a se rebelarem; de fato, uma petição indignada de 1664 apontou um número de guerras consideradas ilegais e desnecessárias (e talvez até mesmo prejudiciais à colônia), praticamente acusando os governadores de se beneficiarem das guerras para abastecer suas plantações no Brasil.¹¹

Ao mesmo tempo, o reino do Congo mergulhou em outra longa guerra civil após a Batalha de Mbwila em 1665, parte da provocadora política expansionista de André Vidal de Negreiros, aliás, feita com o apoio financeiro vindo direto de Pernambuco.¹² Como resultado, a região centro-oeste africana manteve sua longa tradição de fornecedora de escravos em massa, chegando a disponibilizar pelo menos 15.000 pessoas por ano ao tráfico atlântico.¹³ Fazendeiros do açúcar em Pernambuco continuaram a ser favorecidos pelos frutos da guerra e da discórdia em África. Assim, é provável que Pernambuco fosse a mais angolana de todas as capitanias brasileiras e que Palmares continuasse a ser abastecida por pessoas nascidas em Angola. Isso não significa que indivíduos de outras origens africanas não vivessem em Palmares – há mesmo evidências disso –, e seria surpreendente se nenhum outro grupo étnico africano tivesse ido até lá.

Alguns estudiosos, acompanhando pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga nos últimos 15 anos, afirmam que há evidências de uma considerável participação dos índios na constituição de Palmares. Outrossim existem motivos fortes para duvidar de que tais investigações forneçam evidências suficientes a respeito do papel e influência indígena em Palmares. Nenhum dos documentos que se referem a Palmares menciona a presença de qualquer grupo substancial de Tapuias, Tupis ou outros grupos coloniais naquelas comunidades. Além disso, o trabalho arqueológico é profundamente ambíguo – o terreno que foi escavado está muito alterado, de forma que é impossível traçar uma cronologia perfeita.¹⁴ O grande número de artefatos de índios brasileiros encontrado nas ruínas parece ter vindo não de um

componente brasileiro da população colonizadora, mas, sobretudo da ocupação da região por uma considerável força dos Tapuias que estava a serviço dos portugueses e que permaneceu na região até pelo menos a metade do século XVIII.¹⁵

O centro-oeste da África, região onde maior parte da colônia de Angola se localizava, era de alguma forma diferente daquelas regiões da África Ocidental que viriam a dominar o comércio brasileiro de escravos, pelo menos fora de Pernambuco, nos anos que se seguiram ao auge da “onda angolana”. Diferentemente dos africanos ocidentais, que mantinham os europeus mais ou menos ao seu alcance e restringiam o comércio e a interação a um punhado de pequenas comunidades costeiras, os africanos do centro-oeste tinham relações mais sistêmicas e profundas com a Europa e sua cultura.

O comprometimento destes africanos com o Ocidente teve início muito antes da consolidação da colônia de Angola, em 1575. Começou de forma repentina e acelerou-se rapidamente com os primeiros encontros das duas zonas culturais no final do século XV. O primeiro português a visitar a área, particularmente o Reino do Congo, chegou em 1483, e desde o início travou-se um diálogo cultural. Esse diálogo se intensificou em 1491, quando o rei Nzinga Nkuwu foi batizado como João I, e com o notável trabalho cultural que se seguiu, em que grupos de fazendeiros, artesãos e padres portugueses passaram a ir ao Congo para ensinar a cultura ocidental aos congolezes, a convite dos reis.

Apesar da presença de uma comunidade portuguesa no Congo, essa não era propriamente uma dominação colonial, pois os reis congolezes continuaram controlando completamente o seu país e os portugueses que viviam lá. Durante os últimos anos do século XV, e principalmente durante o reinado do segundo rei cristão, Afonso I Mvemba a Nzinga (1509-1542), o Congo gradualmente aceitou alguns aspectos da cultura europeia, ao mesmo tempo em que rejeitou outros. Os dois elementos que o reino assimilou de forma mais visível foram a alfabetização e o cristianismo, que estavam de alguma forma relacionados. Contudo, o Congo também importou outros elementos significativos – a maioria das pessoas adotava nomes de batismo portugueses e a elite misturava um número razoável de itens europeus em seu vestuário, em suas casas e, até certo ponto, também em sua linguagem, já que era uma classe alfabetizada e o português era a única língua de instrução. Afonso e os outros reis que o sucederam ampliaram e aprofundaram as ligações com a Europa, sobretudo no que se refere ao compromisso cristão e à educação europeia.

No final do século XVI, mais ou menos na época em que os africanos do centro-oeste começaram a desembarcar em grande número no Brasil, o Congo tinha a aparência de um país cristão. Das casas da capital Mbanza Congo, renomeada São Salvador pelo rei Álvaro I por volta de 1570, até as residências dos camponeses rurais, a população era batizada e recebia o clero com fervorosa atenção. Um corpo

de professores treinados localmente, advindos da nobreza e educados em escolas locais, preparava a maior parte da educação religiosa e dos ritos, complementados pela ocasional visita de um sacerdote, para os sacramentos que apenas o clero podia realizar. Uma organização eclesiástica mais permanente podia ser encontrada nas principais capitais provincianas e na própria capital do Reino, que era uma vasta aglomeração, representando 20% da população do país. E havia um bom número de igrejas em São Salvador, incluindo a catedral epônima, de onde a diocese do Congo e de Angola, fundada em 1596, era administrada.¹⁶

O cristianismo congolês era sincrético – como pode se esperar de uma crença que atravessa uma importante fronteira cultural – da mesma forma que o sincretismo modificou o cristianismo antigo quando ele saiu da zona mediterrânea, onde nasceu e chegou ao norte da Europa ou à Etiópia, à Ásia Central e à China. Os clérigos europeus que visitavam e trabalhavam na Sé do Congo por vezes reclamavam desses acréscimos locais, tais como a tolerância a padres não-ordenados que realizassem rituais de cura e feitiçarias, condenados pelos ortodoxos como “fetiches” ou “idolatria”. Também a elite era condenada por sua inclinação para a poligamia e para outras irregularidades matrimoniais. No entanto, os ortodoxos também aceitavam muitas adaptações feitas pelos congolezes, que acreditavam, por exemplo, que a Trindade era formada por pessoas anteriormente vivas e que os ancestrais mortos podiam influenciar o destino dos vivos e aceitar sacrifícios, especialmente na adaptação congoleza da solenidade de Todos os Santos, dedicada aos antepassados.¹⁷

Ao mesmo tempo, o Congo introduziu outros elementos na fé cristã. Por exemplo, Afonso só alcançou o poder no país após derrotar em combate o seu irmão, que também queria o trono. Afonso atribuiu sua vitória à intervenção de São Tiago e, com o passar dos anos, o dia do santo se tornou um feriado nacional que se associava tanto ao reinado de Afonso e à sua milagrosa vitória quanto a qualquer feito executado pelo santo original na Europa.¹⁸ Naquele dia, os impostos eram recolhidos e o exército era inspecionado, enquanto uma longa festividade atravessava o reino como uma entidade.¹⁹ O dia era enaltecido no brasão e no selo oficial do país, cunhados por Afonso em comemoração à sua vitória.²⁰

A igreja do Congo era missionária e, já na metade do século XVI, o vigoroso rei Diogo I (1545-1561) enviou os “meninos da capela” para as regiões vizinhas, a fim de incentivá-los a ingressar na comunidade cristã. Embora ninguém houvesse se juntado ao seio da Igreja com o mesmo fervor que o Congo, a ideia de formar um império cristão tendo ao seu redor territórios como Loango (na costa do Atlântico ao norte do Congo), Malembo, Matamba e Ndongo tomou forma na mente de pelo menos alguns líderes.²¹ Foi no contexto da evangelização do Congo que, em 1520, Ndongo se aproximou pela primeira vez de Portugal com a ideia de enviar missionários; um projeto que após adaptações e começos, acabou por levar Paulo

Dias de Novais a fundar a colônia de Angola, em 1575. A tarefa de Dias de Novais era, é claro, converter Ndongo ao cristianismo, embora seu regimento tenha deixado claro que também era prevista uma mudança permanente da soberania.²²

As relações entre cristianismo e conquista do território, que marcaram a colônia portuguesa de Angola desde o início, progrediram muito lentamente. Embora as ideias da igreja do Congo tivessem dado forma às abordagens evangélicas levadas para Angola – primeiro pelos jesuítas e depois pelos padres seculares –, as relações traçadas pelos portugueses entre batismo e renúncia da soberania tornaram mais difíceis a aceitação da religião pelos africanos e, conseqüentemente, houve menos fervor nas regiões que falavam Kimbundu do que no Congo, além de uma penetração menos profunda nesta região.²³ O caso da rainha Njinga evidencia de modo claro esta questão, pois seu batismo inicial, realizado como parte de um pacto feito pelo seu irmão em 1622, não foi propriamente motivado pela teologia e, de acordo com registros posteriores, não foi particularmente levado a sério pela princesa, a futura rainha.²⁴

No calor da guerra que se seguiu contra Portugal, Njinga abandonou o cristianismo e começou a realizar os rituais dos Imbangala, o que era necessário para consolidar uma aliança com pelo menos alguns deles, a fim de continuar com sua guerra. No entanto, em seguida ela retornou à Igreja para negociar outro tratado de paz com Portugal, em 1656, e daquele momento em diante foi descrita pelos missionários que viviam em sua corte como um modelo da misericórdia cristã. Njinga recriou a imagem do cristianismo em seu governo, entretanto, com o incentivo e a assistência de um padre congolês, assim como dos padres italianos que representavam a Angola.²⁵

Atos como a deserção e o revezamento religioso eram comuns na região que falava Kimbundu, mas não no Congo, que era mais firme em sua adesão e tinha mais controle sobre suas relações com a Europa. Contudo, ambos os territórios, cada um de acordo com sua própria história, disponibilizaram habitantes para o fluxo de escravos que seguia para o Brasil. Estes tinham muito mais chances de ser cristãos, entender português e reconhecer elementos da cultura europeia do que os escravos oriundos da África Ocidental.

Esse cenário faria uma grande diferença no desenvolvimento de Pernambuco e, por fim, no próprio desenvolvimento de Palmares. Os africanos provenientes da África central, fossem eles do Congo ou de uma das várias regiões que têm o Kimbundu como língua, possuíam uma cultura notavelmente uniforme. Kikongo e Kimbundu, ainda que não fossem mutuamente inteligíveis, eram línguas similares, de forma que não era difícil para o falante de uma aprender a outra. Na verdade, parece bastante provável que o Kimbundu tenha se tornado a *língua franca* dos africanos que viviam no Brasil durante o período da “onda angolana”. Os jesuítas

aprenderam a língua para poder trabalhar e, segundo uma referência curiosa, aparentemente também ensinaram a ler e a escrever nela. Em pelo menos uma ocasião, em 1584, os jesuítas fizeram apresentações teatrais utilizando o Kimbundu.²⁶

O fato de que muitos africanos do centro-oeste eram cristãos também explica por que Palmares tinha uma Igreja cristã ativa. Os congoleses, em particular, tinham uma laicidade forte, mas ao mesmo tempo sincrética, e foi sem dúvida um laico quem conduziu os trabalhos religiosos relatados nas descrições holandesas de Palmares.²⁷

Muitos estudiosos têm destacado a possibilidade dos Imbangala terem servido como modelo para a região.²⁸ Em parte isso se deve às interpretações equivocadas do termo “quilombo”, amplamente usado para designar as comunidades de escravos fugitivos do século XVIII, mas raramente utilizado para falar de Palmares, já que *kilombo* era o termo frequentemente usado em Kimbundu para indicar os exércitos de Imbangala. Esses estudiosos têm sugerido que a organização social dos Imbangala, que envolvia a iniciação de pessoas com históricos muito diferentes em uma mesma comunidade, funcionaria para os angolanos que fugiam da escravidão nas plantações de cana-de-açúcar. Independentemente de o termo *mocambo*, e não quilombo, ser usado para descrever Palmares, a organização e as iniciações dos Imbangala eram, na verdade, formadas por bandidos marginalizados, e a iniciação, da mesma maneira que a iniciação dos soldados infantis na África moderna exigia uma liderança cruel e exploradora.

Os bandos de Imbangala viviam de saques, indo de aldeia em aldeia para arruinar a agricultura local, especialmente as palmeiras, que eles colhiam através de um método devastador – cortando-as em vez de puncioná-las – e que usavam para fazer vinho de palma. Eles praticavam o canibalismo para espalhar o terror e recrutavam seus homens capturando jovens, geralmente pré-adolescentes, que eram iniciados nos grupos através de rituais cruéis, que envolviam matar e comer outras pessoas. Sua religião era centrada em seus próprios ancestrais, particularmente sanguinários e não muito parecidos com as divindades territoriais benignas que os falantes de Kimbundu também adoravam. Embora existam razões que explicam por quê, nas condições desordenadas da escravidão no Novo Mundo, uma cultura de violência pode ter se desenvolvido nas Américas, os rituais dos Imbangala na verdade não parecem ter cumprido a função atribuída a eles, a de integrar os desamparados a círculos sociais²⁹.

Em vez disso, parece mais provável que um modelo construído a partir dos estados da África Central (Congo, Ndongo e Matamba), ou de entidades políticas menores pertencentes às regiões localizadas entre esses territórios mais abrangentes, teria funcionado melhor. Não que os estados africanos por muitas vezes não fossem exploradores – todas essas sociedades, por exemplo, exerciam a escravidão e arrancavam impostos e serviços de seus súditos. Ainda assim, todos tinham uma

certa legitimidade e a nobreza gozava de uma condição que as classes mais baixas ainda podiam reconhecer.

Mais importante, contudo, é o papel que os exércitos africanos provavelmente exerceram na formação de um nível mais alto de organização em Palmares. Eles, como todos os exércitos, buscavam encorajar seus soldados através do patriotismo, que incluía a devoção aos líderes. A rainha Njinga recebeu, claramente, esse tipo de devoção de seu exército, através, por exemplo, da lealdade que lhe demonstrava até em suas derrotas ou da recusa em aceitar outro líder. Da mesma forma, os governantes do Congo conseguiram fazer da devoção cristã uma parte do procedimento militar. Por exemplo, no dia de São Tiago, feriado mais importante, era realizada uma inspeção do exército para celebrar um evento militar. Talvez mais do que qualquer outra festividade, o dia de São Tiago representava a unificação do Estado do Congo e a fé cristã que simbolizava um importante elemento da identidade congoleza.

Para aqueles escravos que escaparam das propriedades açucareiras no início do século XVII e certamente para a maioria dos escravos que fugiram para viver em locais mais remotos das Américas, esses rituais e hábitos elaborados eram desnecessários e até mesmo contraproducentes. Alguns outros construíram comunidades maiores do que um simples *mocambo*, talvez atingindo uma aldeia de no máximo algumas centenas de pessoas. Diferentemente de Palmares, eles não atacaram de forma incessante as áreas vizinhas, mas, ao contrário, procuraram se esconder, e foram descobertos por acidente, através dos trabalhos das Entradas, que pretendiam localizar minas ou conduzir grupos indígenas para o campo de ação português.³⁰ Contudo, para as entidades maiores, certamente para Palmares e para as comunidades mescladas que se desenvolveram em outros poucos lugares – no Panamá do século XVI, nas montanhas por trás de Cartagena e até na revolução haitiana –, uma organização mais complexa era fundamental.

Palmares claramente desenvolveu os aspectos formais de Estado a partir do tipo de respeito característico imposto pelos governantes das regiões que falavam Kimbundu (e talvez também do Congo, embora existam alguns fatores específicos em Palmares além da Igreja Católica). A elite ostentava o título de *Ngana*, que designava lorde,³¹ e era recebida com a mesma reverência, submissão e aclamação que a nobreza africana, desenvolvendo redes de dominação e controle baseadas na afinidade, incluindo a escravização daqueles que eram capturados, ao contrário do que acontecia com os que iam ao seu encontro. Além desse tipo de escravidão – embora não se deva imaginar que havia o tipo de exportação movida pela brutalidade que caracterizava a escravidão nas plantações de cana-de-açúcar –, os líderes de Palmares impunham ordens não apenas aos assentamentos principais, mas em todo o reino. Isso pode ser claramente demonstrado através da punição aplicada aos líderes de um dos *mocambos* localizados na região de São Fernando, que, em

Francisco

1664, procuravam se relacionar com o governo português, a fim de ganharem reconhecimento e chegarem a um acordo.³² Dentro de um período relativamente curto, funcionários do governo foram ao *mocambo* e executaram os líderes, deixando claro que eles não poderiam negociar aprovação do Estado.

Uma corrente historiográfica brasileira interpretou as comunidades de fugitivos e, em particular, Palmares, como uma tentativa por parte dos africanos de recuperar uma herança cultural da África.³³ Embora haja poucas dúvidas de que uma das consequências da existência do Estado de Palmares tenha sido a introdução de hábitos dos falantes do Kimbundu na região, a centralização real e cerimoniosa do poder não foi apenas um regresso cultural. Antes, ela provavelmente originou-se de necessidades militares, pois a época da formação de Palmares foi repleta de guerras e atos violentos e a comunidade como um todo sofreu ataques perigosos e quase anuais dos colonizadores portugueses.

Num ambiente como este, era a organização militar que poderia permitir a resistência de pelo menos alguns fugitivos e, na formação de tal organização, encabeçada, como provavelmente foi, pelas pessoas que ocupavam cargos militares altos ou por seus designados, tal fato viria à tona. Isso não significa que Palmares tenha sido pura e originalmente uma organização militar, pois esses aspectos também satisfaziam às demandas de uma sociedade civil. Ao contrário, foi um Estado que cresceu a partir de uma organização militar, mas que acabou por governar todos os aspectos da vida. O tamanho e a complexidade da organização formavam uma circunstância incomum, a fuga maciça de milhares de pessoas em apenas alguns anos de ocupação holandesa. Os líderes militares desse confuso período sem dúvida se aproveitaram da situação para construir comunidades maiores, coordenadas e unidas por uma organização estatal e, dessas circunstâncias, o reino de Palmares nasceu.

Notas

¹ Para uma análise mais completa da “Onda Angolana” e de sua importância para a África e para as expansões coloniais inglesa e holandesa, ver. Heywood, Linda; Thornton, John. *Central Africans, Atlantic Creoles and the Foundation of America, 1585-1660*. Cambridge: 2007.

² Laet, Johannes de. *Historie ofte Iaerlijck Verhael van de Verrichtighen der Geotroyeerde West-Indische Compagnie*, livro 7. Leiden: 1644, p. 192; e “Bewindende by de Registers daer van ghehouden/dat van Angola alleen inde jaeren 1620, 21, 22, 23. wesende vier jaeren/op de capitania van Parnambuc zijn af-ghecheeyt vijfthien duysent vier hondert ende dertich Swarten”. In: *História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes*. Anais da Biblioteca Nacional, 30 (1911), doc. 75.

³ Dados retirados de Vilar, Enriqueta Vila. *Hispanoamerica y el Comercio de Esclavos. Los asientos portugueses*. Sevilla: 1977, quadro 4.

⁴ Um relato detalhado do período pode ser encontrado em Heintze, Beatrix. “Das Ende des Unabhängigen Staates Ndongo (Angola). Neue Chronologie und Reinterpretation (1617-1630)”. In: *Paideuma*, v. 27, 1981, p. 199-273; e, em edição revisada, mas sem comentários, em Id. *Studien zur Geschichte Angolas im 16. und*